Cartilha de Governança de Dados

Poder Executivo Federal



Volume III

Papéis e responsabilidades de Governança de Dados no Poder Executivo Federal





MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS Esther Dweck

Ministra

SECRETARIA DE GOVERNO DIGITAL

Rogério Souza Mascarenhas

Secretário de Governo Digital

DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA DE DADOS

Renan Mendes Gaya Lopes Dos Santos

Diretor de Infraestrutura de Dados

COORDENAÇÃO-GERAL DE GOVERNANÇA DE DADOS

Daniela Nunes de Menezes

Coordenadora-Geral de Governança de Dados

EQUIPE TÉCNICA DE ELABORAÇÃO

Nádia Lopes Cerqueira Leonardo Machado Santos

EQUIPE TÉCNICA DE REVISÃO

Flávio Lopes de Morais Jane Adriana de Souza

Sumário

1.	Apresentação	4
2.	O que são responsabilidades em Governança de Dados?	5
3.	O que são papéis em Governança de Dados?	6
4.	Quais são os papéis e responsabilidade dos agentes de governança de dados?	7
5.	Já existem papéis e responsabilidades em Gestão de Dados regulamentados?	11
6.	Glossário	14
7	Referências	16

1. Apresentação

A Governança e a Gestão de Dados desempenham um papel basilar na implementação da estratégia de transformação digital do Estado para melhoria dos serviços e das políticas públicas, em que as organizações buscam extrair valor e evidências de seus ativos de dados, garantir a conformidade e segurança, facilitar a tomada de decisões embasadas, promover a cultura de dados, estabelecer responsabilidade e prestação de contas.

Segundo a OCDE (2023), o avanço da Governança de Dados no setor público se tornou uma prioridade máxima para a maioria dos países a fim de garantir o uso de dados como um ativo estratégico. De acordo com os resultados da dimensão do Setor Público orientado por dados, cerca de dois terços dos países têm em vigor funções de liderança dedicadas, arranjos de governança e instrumentos estratégicos para dados. Eles são importantes para ajudar a garantir o impacto e a eficácia das políticas de dados, como por exemplo, a interoperabilidade de dados.

Para uma implementação eficaz de programas de governança e gestão de dados, é crucial estabelecer papéis e definir responsabilidades de forma clara e objetiva. O objetivo do Volume III da Cartilha de Governança de Dados é abordar o significado desses papéis com base em modelos de referência publicados na literatura e os presentes no ordenamento jurídico brasileiro, visando proporcionar uma visão precisa, instrutiva e o mais completa possível. Os papéis especificados nesse documento complementam definições existentes em normativos, leis e decretos, oferecendo uma visão mais abrangente, tendo em vista as necessidades dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal.

2. O que são responsabilidades em Governança de Dados?

Segundo o DAMA (2017), a terminologia utilizada para descrever o processo de gerenciar dados pode ser expressa pelos termos administração, gerenciamento e gestão. Essa administração pode ser formalizada por meio de títulos e descrições de cargos, pode ser também uma função conduzida por pessoas que tentam ajudar uma organização a obter valor de seus resultados. Na Administração Pública Federal Brasileira as responsabilidades podem ser atribuídas a servidores, detentores ou não de cargos, como secretários, diretores, coordenadores, analistas e técnicos.

O foco dessas responsabilidades é definido de organização para organização, dependendo de uma série de fatores como estratégia, cultura organizacional e nível de maturidade em governança e gerenciamento de dados. O DAMA (2017) destaca que grande parte das atividades de administração, gerenciamento e gestão de dados concentra-se, por exemplo, em definição e gerenciamento de terminologia de negócios, dados válidos, valores e outros metadados críticos; definição ou documentação de regras de negócios, padrões de dados e regras de qualidade; gerenciamento de problemas de qualidade de dados e responsabilidades para garantir que diariamente nos projetos, nas políticas e nas iniciativas de Governança de Dados, tais responsabilidades sejam cumpridas, objetivando apoiar os objetivos gerais da organização.

3. O que são papéis em Governança de Dados?

De acordo com o DAMA (2017), os responsáveis pelo gerenciamento de ativos de dados em uma organização representam os interesses de todas as partes interessadas e devem adotar uma perspectiva organizacional para garantir a alta qualidade no uso dos dados. Dependendo da complexidade da organização e dos objetivos dos seus Programas de Governança de Dados, os responsáveis pela gestão de dados podem ser diferenciados pelo seu lugar dentro de uma organização, pelo foco do seu trabalho ou por ambos. No Ecossistema de Dados do Poder Executivo Federal não é diferente, pois cada órgão possui peculiaridades quanto a sua constituição, natureza ou finalidade e distribuições de suas unidades administrativas.

Na Administração Pública, assim como na maioria das organizações, já existem pessoas que são responsáveis pela gestão de dados, mesmo na ausência de um Programa formal de Governança de Dados. Como afirma o DAMA (2017), esses indivíduos já estão envolvidos em ajudar a organização a reduzir os riscos relacionados aos dados e obter mais valor de seus dados. Formalizar suas responsabilidades e reconhecer o trabalho que estão realizando impulsiona o sucesso para que contribuam mais.

4. Quais são os papéis e responsabilidade dos agentes de Governança de Dados?

Com base na literatura especializada em governança e gestão de dados e uma associação ao cenário da Administração Pública, destacamos aqui os principais papéis de um responsável pela governança e gestão de dados no setor público. Aqui chamados de **Agentes de Governança de Dados**, possuem papel importante no planejamento de programas de implementação ou nos processos que envolvem as disciplinas de governança e gestão de dados, são eles:

Executivo de Dados: é um servidor público ocupante de cargo efetivo, empregado público ou militar de carreira, responsável pela implementação e manutenção do Programa de Governança de Dados no âmbito do órgão ou entidade, atuando no nível estratégico, desvinculado da área de tecnologia da informação, e como ponto focal de comunicação tanto internamente quanto para os órgãos de monitoramento desta política e os demais atores do ecossistema de dados.

As atribuições deste papel são amplas e multidimensionais, refletindo a complexidade e a importância da Governança de Dados em uma organização. Desde a representação institucional até a implementação de políticas internas, o Executivo de Dados desempenha um papel central na maximização do valor dos dados, garantindo sua qualidade, segurança e utilização ética. Suas principais responsabilidades são:

- 1. Representar ou responder, quando solicitado, aos órgãos responsáveis pelo monitoramento da implementação da política de Governança de Dados interna dos órgãos e entidades;
- 2. Elaborar e propor, à Instância Estratégica de Governança de Dados, o Programa de Governança de Dados;
- 3. Coordenar a implementação do Programa de Governança de Dados no seu órgão ou entidade;
- 4. Estabelecer e implementar indicadores de monitoramento da evolução na implementação do Programa de Governança de Dados;
- 5. Desenvolver processos para a efetivação do Programa de Governança de Dados;
- 6. Gerir a catalogação de dados e metadados com o apoio dos curadores de dados;
- 7. Auxiliar os curadores de dados no entendimento e no cumprimento das normas, processos, procedimentos, políticas, diretrizes e princípios relativos à Governança de Dados;
- 8. Elaborar, em conjunto com os demais agentes da Governança de Dados do órgão ou entidade, políticas, diretrizes, manuais, orientações, em relação à catalogação de dados

- e metadados, qualidade de dados, ciclo de vida dos dados, curadoria, entre outros, com vista a tornar efetiva a gestão dos dados como ativos;
- 9. Realizar monitoramento quanto ao cumprimento dos termos da Política de Governança de Dados Interna;
- 10. Coordenar o processo de aprovação para arquivamento ou exclusão de dados, após verificação de obsolescência ou desuso, e da devida comunicação e registros;
- 11. Promover a atuação colaborativa e integrada dos curadores de dados;
- 12. Propor alteração de padrões de registro dos dados e de ciclo de vida dos dados;
- 13. Garantir os padrões éticos e o princípio da transparência na Governança de Dados;
- 14. Coordenar o processo de elaboração do Plano de Dados Abertos do órgão, conforme orientações do Comitê Gestor da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos.

Instância Estratégica de Governança de Dados: colegiado composto por representantes de diferentes áreas e que desempenha um papel central na administração dos dados dentro de uma organização. Presidida por agente público representante da Secretaria-Executiva, presidência, diretoria ou de unidade decisória estratégica equivalente, que pode ser estruturada na forma de comitê ou unidade organizacional no nível estratégico do órgão ou entidade. Suas principais responsabilidades são:

- Supervisionar e fazer cumprir as diretrizes estabelecidas na política de Governança de Dados interna dos órgãos e entidades;
- Dirimir conflitos relacionados à curadoria, ao compartilhamento e ao acesso aos dados;
- Decidir sobre mudanças na Política de Governança de Dados Interna;
- Aprovar políticas de gestão de dados;
- Formalizar a composição do Conselho de Curadores, quando houver;
- Aprovar a indicação do Executivo de Dados;
- Aprovar o Plano de Dados Abertos, previsto no Decreto 8.777, de 2016;
- Aprovar o Programa de Governança de Dados proposto pelo Executivo de Dados.

Curadores de Dados: são os agentes públicos responsáveis pela gestão de ativos de dados, internos ou externos ao órgão ou entidade, designados por liderança na estrutura organizacional. Suas principais responsabilidades são:

- Manter atualizada a catalogação de dados e metadados sob sua custódia nas unidades negociais;
- Classificar os dados quanto ao nível de acesso definidos conforme legislações vigentes;
- Assegurar a proteção dos dados pessoais, observando as orientações do encarregado e conforme o disposto pela lei 13.709, de 14 de agosto de 2018;

- Prover auxílio quanto ao correto entendimento dos dados sob sua curadoria e promover a melhoria de sua utilização;
- Acompanhar o ciclo de vida dos dados, conforme diretrizes emanadas do órgão e entidade, indicando para o conselho de curadores os dados que devem ser excluídos e monitorando suas efetivas exclusões, quando for o caso;
- Incentivar o reuso de dados sob sua curadoria;
- Garantir a adoção dos registros de referência aprovados pelo Comitê Central de Governança de Dados, nos tratamentos de dados realizados sob sua curadoria;
- Gerir a qualidade dos dados sob sua curadoria observando políticas, diretrizes e orientações existentes e com o apoio do Executivo de Dados.

Os órgãos e entidades da Administração Pública poderão detalhar mais as responsabilidades de seus curadores, diferenciando o **curador negocial** (profissionais de negócios, preferencialmente alocados em unidades negociais, frequentemente reconhecidos como especialistas no assunto, responsáveis por um subconjunto de dados, que trabalham com as partes interessadas para definir e controlar os dados), do **curador técnico** (profissionais da área de Tecnologia da Informação que atuam em áreas como Engenharia de Dados, Arquitetura de Dados, Integração de Dados, *Business Intelligence e* Administração de Bancos de Dados). No entanto, essa distinção dependerá das necessidades e do nível de maturidade de cada organização.

Nem todas as organizações precisam ou têm recursos para separar essas funções de forma tão detalhada. No entanto, em organizações mais maduras, essa separação pode ser benéfica para garantir que cada aspecto da curadoria seja tratado com a devida atenção e especialização.

Conselho de Curadores: grupo constituído por curadores de dados, responsável por promover a atuação integrada do processo de curadoria que visa integrar o entendimento unificado dos curadores dos dados sobre questões relativas aos ativos de dados. Ele atua como um "fórum central" para orientar e coordenar os esforços de curadoria, garantindo a consistência e a eficácia das práticas de curadoria, além de promover a harmonização dos processos e objetivos relacionados aos dados.

Não é obrigatória a constituição de um Conselho de Curadores nos órgãos e entidades da administração pública, direta, autárquica e fundacional. Todavia, caso decidam por instaurá-lo, ele deve ser composto, preferencialmente, por curadores de dados de unidades organizacionais distintas.

O Conselho de Curadores pode apoiar o Executivo de Dados na realização de monitoramento quanto ao cumprimento dos termos da Política de Governança de Dados

Interna de cada órgão e entidade da Administração Pública; na coordenação do processo de aprovação para arquivamento ou exclusão de dados, após verificação de obsolescência ou desuso, e da devida comunicação e registros; e no auxílio aos curadores de dados no entendimento e no cumprimento das normas, processos, procedimentos, políticas, diretrizes e princípios relativos à Governança de Dados.

Outra responsabilidade do conselho é proporcionar um fórum para discussões detalhadas e decisões colaborativas entre os curadores. Muitas das decisões tomadas pelos curadores são específicas para suas funções de negócio ou domínios de dados, mas o conselho assegura que essas decisões estejam alinhadas com os processos e objetivos gerais da organização.

Gestor de Tecnologia da Informação e comunicação: agente público responsável pela área de Tecnologia da Informação e Comunicação — TIC dos órgãos e entidades da administração pública, direta, autárquica e fundacional e desempenha o papel de garantir que os recursos tecnológicos necessários estejam disponíveis e que os dados sejam mantidos de forma segura e eficiente. Suas principais atribuições são:

- Prover recursos tecnológicos necessários para apoiar o Executivo de Dados e os curadores na implementação e manutenção do Programa de Governança de Dados;
- Zelar pelos dados mantidos nos ambientes tecnológicos gerenciados pela área de TIC;
 e
- Apoiar, no que couber, a implantação das diretrizes e padrões estabelecidos pela política de Governança de Dados estabelecida na instituição.

5. Já existem papéis e responsabilidades em Gestão de Dados regulamentados?

O Ecossistema de Dados do Poder Executivo Federal foi amplamente influenciado pela Lei de Acesso à Informação (LAI) — Lei 12.527/2011, pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) — Lei 13.709/2018, pela Lei de Governo Digital— Lei 14.129/2021, pelos Decretos 10.046/2019 e 8.777/2016. As normas citadas estabelecem diretrizes e responsabilidades específicas em relação à proteção de dados pessoais, compartilhamento, transparência ativa, dados abertos, transformação digital, documentos e arquivos. Assim, podemos destacar alguns papéis importantes já definidos nessas normas.

Autoridade da LAI (Lei 12.527/11, Art.40): servidor diretamente subordinado a autoridade máxima do órgão ou entidade, designado para exercer atribuições que assegurem o cumprimento das normas relativas à acesso à informação e dados abertos e a publicação e a atualização do Plano de Dados Abertos, entre outras;

Encarregado (Lei 13.709/18): pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);

Titular de dados (Lei 13.709/18): pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento;

Controlador (Lei 13.709/18): pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais;

Operador (Lei 13.709/18): pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador;

Recebedor de Dados (Decreto 10.046/19): órgão ou entidade que utiliza dados após ser concedida permissão de acesso pelo gestor dos dados;

Solicitante de Dados (Decreto 10.046/19): órgão ou entidade que solicita ao gestor de dados a permissão de acesso aos dados;

Gestor de Segurança da Informação (IN GSI 01/2020): servidor público civil ocupante de cargo efetivo e militares de carreira do órgão ou entidade, com formação ou capacitação técnica compatível às suas atribuições, responsável por coordenar o Comitê de Segurança da Informação ou estrutura equivalente, entre outras atribuições;

Responsável pela Unidade de Controle Interno (Portaria SGD/MGI Nº 852, de 28 de março de 2023): servidor que atua no apoio, supervisão e monitoramento das atividades

desenvolvidas pela primeira linha de defesa prevista pela Instrução Normativa CGU nº 3, de 9 de junho de 2017.

Além disso, os colegiados representam importantes agentes para esse Ecossistema de Dados, assim, podemos destacar alguns que são relevantes para a pauta de governança e gestão de dados na tabela 1.

Tabela 1: Colegiados Ecossistema de Dados Poder Executivo Federal

Colegiado	Normativo que regula	Principais Responsabilidades
Núcleo de Segurança e Credenciamento (NSC):	Lei 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação	Regulamentar o credenciamento de segurança para o tratamento de informações sigilosas e garantir a proteção dessas informações, inclusive as provenientes de tratados internacionais, em coordenação com o Ministério das Relações Exteriores e outros órgãos competentes.
Comissão Mista de Reavaliação de Informações	Lei 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação	Revisar periodicamente a classificação de informações ultrassecretas ou secretas, decidir recursos relacionados a pedidos de acesso e desclassificação de informações, prorrogar o prazo de sigilo de informações ultrassecretas, e estabelecer orientações normativas para a aplicação da Lei de Acesso à Informação.
Comitê Gestor da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos	Decreto 8.777/16 -Política de Dados Abertos	Coordenar a gestão da Política de Dados Abertos do Poder Executivo federal.
Comitê Gestor da Segurança da Informação	Decreto 9.637/18 - Política Nacional de Segurança da Informação	Assessorar o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República nas atividades relacionadas à segurança da informação.
Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e Privacidade	Lei 13.709/18 - Lei Geral de Proteção de Dados	Propor diretrizes para a Política Nacional de Proteção de Dados Pessoais, avaliar anualmente sua execução, sugerir ações para a ANPD, elaborar estudos e promover debates sobre proteção de dados, e disseminar conhecimento sobre o tema.
Comitê Central de Governança de Dados	Decreto 10.046/2019- Governança no Compartilhamento de Dados	Definir diretrizes e regras para o compartilhamento e a segurança de dados pessoais, garantir a compatibilidade e a integridade das políticas de segurança da

		informação, e coordenar a integração, a avaliação e o financiamento das bases de dados que compõem o Cadastro Base do Cidadão.
Comissão de Coordenação do SIGA	Decreto 10.148/19- Coordenação do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos	Propor diretrizes para a gestão e preservação de documentos na administração pública federal, orientar e monitorar os órgãos do Siga para aprimorar a gestão de arquivos, e fornecer informações e assessoria ao órgão central do sistema.
Comissão Permanente de Avaliação de Documentos	Decreto 10.148/19- Coordenação do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos	Elaborar e aplicar códigos de classificação e tabelas de temporalidade de documentos, orientar a gestão documental dentro dos órgãos, e selecionar documentos para guarda permanente ou eliminação, submetendo a decisão final à aprovação do titular do órgão ou entidade.
Comitê de Governança Digital	Decreto 10.332/20 - Estratégia de Governo Digital	Deliberar sobre os assuntos relativos à implementação das ações de governo digital e ao uso de recursos de tecnologia da informação e comunicação.
Rede Federal de Gestão de Incidentes Cibernéticos	Decreto 10.748/21- Institui a Rede Federal de Gestão de Incidentes Cibernéticos	Divulgar medidas de prevenção e resposta a incidentes cibernéticos, compartilhar alertas sobre ameaças e vulnerabilidades, promover a cooperação entre os participantes da Rede, e agilizar a resposta a incidentes cibernéticos.

6. Glossário

Acesso: ato de ingressar, transitar, conhecer ou consultar a informação, bem como a possibilidade de usar os ativos de informação de um órgão ou entidade.

Agente de Governança de Dados: agentes públicos responsáveis pela gestão de ativos de dados em nome dos órgãos e entidades da Administração Federal Direta, Autárquica e Fundacional.

Agente Público: todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualqueroutra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal (APF), direta e indireta.

Autenticidade: qualidade que garante que a informação tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema.

Confidencialidade: propriedade de que a informação não esteja disponível ou revelada a indivíduos, entidades ou processos não autorizados.

Conformidade: cumprimento de leis, regulamentos, normas técnicas e instrumentos jurídicos.

Dados abertos: dados públicos representados em meio digital ou físico, estruturados em formato aberto, processáveis por máquina, referenciados na rede mundial de computadores e disponibilizados sob licença aberta que permita sua livre utilização, consumo ou cruzamento, limitando-se a creditar autoria ou a fonte.

Dado pessoal: quaisquer tipos de dados relacionados à pessoa natural identificada ou 'identificável' — aquela que pode ser reconhecida, direta ou indiretamente, a partir de um identificador como um nome, número de identificação, dados de localização, identificador online ou um ou mais fatores específicos da identidade física, fisiológica, genética, mental, econômica, cultural ou social dessa pessoa natural.

Disponibilidade: qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados.

Governo Digital: promoção da transformação digital e estímulo ao uso de soluções digitais na gestão e prestação de serviços públicos sob a responsabilidade da instituição.

Integridade: qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino.

Programas de Governança de Dados: é um conjunto de políticas, processos e práticas estabelecidas pelos órgãos e entidades da administração pública, direta, autárquica e fundacional para garantir que seus dados sejam gerenciados de forma eficaz, segura, confiável e em conformidade com as normas existentes.

Segurança da Informação: ações que objetivam viabilizar e assegurar a autenticidade, confidencialidade, disponibilidade, integridade e conformidade de dados e informações.

7. Referências

BRASIL. Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016. Institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo federal. Diário Oficial da União, Brasília, DF, v. 12 de maio de 2016. Seção I, página n° 21.

BRASIL. Decreto nº 9.319, de 21 de março de 2018. Institui o Sistema Nacional para a Transformação Digital e estabelece a estrutura de governança para a implantação da Estratégia Brasileira para a Transformação Digital. Diário Oficial da União, Brasília, DF, v. 22 de março de 2018. Seção I, página n° 2.

BRASIL. Decreto nº 10.046, de 9 de outubro de 2019. Dispõe sobre a governança no compartilhamento de dados no âmbito da administração pública federal e institui o Cadastro Base do Cidadão e o Comitê Central de Governança de Dados. Diário Oficial da União, Brasília, DF, v. 10 de outubro de 2019. Seção I, página n° 2.

BRASIL. Decreto nº 9.723 de 11 de março de 2019. Institui o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF. Diário Oficial da União, Brasília, DF, v. 12 de março de 2019. Seção I, página n° 2-3.

BRASIL. Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021. Dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da eficiência pública e altera a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), a Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012, e a Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017. Diário Oficial da União, Brasília, DF, v. 30 de março de 2021. Seção I, página n° 3.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do §3º do art. 37 e no §2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, v. 18 de novembro de 2021. Seção I. Edição Extra, página n° 1.

BRASIL. Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020. Institui a Estratégia de Governo Digital para o período de 2020 a 2022, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, v. 29 de dezembro de 2020. Seção I, página n° 5.

BRASIL. Decreto 7.724/2012, de 16 de maio de 2012. Regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição. Diário Oficial da União - Seção 1 - Edição Extra - 16/5/2012, Página 1.

BRASIL. Decreto 9.637/2018, de 26 de dezembro de 2018. Institui a Política Nacional de Segurança da Informação, dispõe sobre a governança da segurança da informação, e altera o Decreto nº 2.295, de 4 de agosto de 1997, que regulamenta o disposto no art. 24, caput, inciso IX, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dispõe sobre a dispensa de licitação nos casos que possam comprometer a segurança nacional. Diário Oficial da União - Seção 1 - 27/12/2018, Página 23 (Publicação Original).

BRASIL. Lei 13.709/2018, de 14 de agosto de 2018. Dispõe sobre a proteção de dados pessoais e altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet). Diário Oficial da União - Seção 1 - 15/08/2018, Página 59.

BRASIL. Decreto 10.148/2019, de 2 de dezembro de 2019. Institui a Comissão de Coordenação do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos da administração pública federal, dispõe sobre a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos, as Subcomissões de Coordenação do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos da Administração Pública Federal e o Conselho Nacional de Arquivos, e dá outras providências. Diário Oficial da União - Seção 1 - 3/12/2019, Página 3 (Publicação Original).

BRASIL. Portaria SGD/ME 778/2019, de 4 de abril de 2019. Dispõe sobre a implantação da Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação nos órgãos e entidades pertencentes ao Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação do Poder Executivo Federal - SISP.

DAMA Guide to the Data Management Body of Knowledge (DAMA-DMBOK2). Copyright© DAMA International - Second Edition, First Printing 2017.

Plotkin, David. Data Stewardship: An Actionable Guide to Effective Data Management and Data Governance. Elsevier. 2021.

Ladley, John. Data Governance: How to Design Deploy and Sustain an Effective Data Governance Program. Elsevier. 2020.

Hopper, Mary A. Practitioners Guide to Operationalizing Data Governance. Wiley. 2023.

OCDE. 2023 OECD Digital Government Index: Results and key findings, OECD Public Governance Policy Papers, No. 44, OECD Publishing, Paris, https://doi.org/10.1787/1a89ed5e-en

Southekal, Prashanth H. Data Quality: Empowering Businesses with Analytics and Al. Wiley. 2023.

BRASIL. **Ecossistema de Governança do Poder Executivo Federal**. 2023. Disponível em: https://www.gov.br/governodigital/pt-br/governanca-de-dados/. Acessado em 06/05/2024.



MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS

